

PROCESSO - A.I. Nº 02547347/96
RECORRENTE - SUPERMIX CONCRETO S/A.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO DE REVISTA – Acórdão 1ª CJF nº 2193-11/01
ORIGEM - INFAZ PIRAJÁ
INTERNET - 16.04.02

CÂMARA SUPERIOR

ACÓRDÃO CS Nº 0031-21/02

EMENTA: ICMS. INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. Constitui requisito de admissibilidade do Recurso de Revista a indicação precisa de decisão divergente a ser tomada como paradigma e a conseqüente demonstração da identidade jurídica da mesma com a decisão recorrida. A decisão invocada diz respeito a fatos e fundamentos de direito diversos dos que são analisados no presente caso. Recurso **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Revista, interposto pelo sujeito passivo, inconformado com a Decisão contida no Acórdão nº 2193-11/01, da 1ª CJF, que através da unanimidade de entendimento de seus membros, negou provimento ao Recurso Voluntário apresentado contra a Decisão da 4ª Câmara que considerou o Auto de Infração, peça inicial do presente processo, Procedente em Parte.

Para confrontar com a Decisão Recorrida, o recorrente apontou o voto discordante constante na Resolução nº 0337/95, decisões do STF, dos Tribunais do Paraná e de Minas Gerais e Decisão Administrativa do Conselho de Recursos Fiscais da Paraíba.

A PROFAZ se pronunciou entendendo que o presente Recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, previsto no art. 169, II, “a”, do RPAF/99, pois o recorrente não apresentou Decisões Paradigmas proferidas por este Conselho de Fazenda, o que impede o seu conhecimento, à luz do art. 173, III, do mesmo Regulamento. Opinou, portanto, pelo Não Conhecimento do Recurso de Revista.

VOTO

Corroborando com o entendimento da Douta PROFAZ, verifico que a peça recursal não preenche os requisitos de admissibilidade, delineados através do art. 169, II, “a”, do RPAF/99, pois, quanto ao mérito da autuação, o recorrente não trouxe aos autos decisões anteriores, prolatadas pelas Câmaras deste CONSEF, que pudessem ser confrontadas com a Decisão Recorrida, para em seguida possibilitar a sua análise.

Assim, o meu voto é pelo **NÃO CONHECIMENTO** do Recurso apresentado, para homologar a Decisão Recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da Câmara Superior do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO CONHECER** o Recurso de Revista apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração de nº **02547347/96**, lavrado contra **SUPERMIX CONCRETO S/A**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.789,21**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 61, II, “a”, da Lei nº 4.825/89, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de março de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULÇÃO - REPR. DA PROFAZ